

RESENHA DE LIVRO

Tainara Fernandes Machado¹

FEMINISMO PARA OS 99%

Aruzza, C., Bhattacharya, T., Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%*. Lisboa: Penguin Random House.

A luta feminista anticapitalista como possibilidade de um processo formativo e um caminho para a justiça ambiental

O livro “Feminismo para os 99%: um manifesto”, lançado em 2019, das autoras Cinzia Aruzza, Tithi, Bhattacharya e Nancy Fraser consagra-se como um importante manifesto sob a ótica de, e para a ação de, um feminismo anticapitalista. Um feminismo que não integre não se submeta às lógicas capitalistas o capitalismo, mas sim que resgate o propósito das lutas feministas em todas as suas dimensões decunha ferramentas de forma crítica, com ações contrárias e combatentes ao sistema socioeconômico atual. As autoras são acadêmicas renomadas e fundamentam-se, maioritariamente, na teoria crítica e no marxismo nas suas obras. Cinzia Aruzza é professora de Filosofia na New School for Social Research e, junto com Tithi, uma das principais organizadoras da Marcha Internacional das Mulheres nos Estados Unidos. Tithi Bhattacharya é professora e diretora do Departamento de Estudos Globais na Universidade de Purdue. Nancy Fraser é professora de Filosofia e de Política na New School for Social Research, sendo uma das maiores apoiantes da Marcha Internacional das Mulheres e a responsável por cunhar o termo “Feminismo para os 99%”.

O manifesto, composto por 11 teses (talvez em referência às 11 teses contra Feuerbach de Karl Marx), reivindica que o surgimento de um feminismo anticapitalista se dá por não haver um meio-termo viável socialmente no modelo econômico e social neoliberal; ainda que exista uma vertente progressista que dissemina uma versão empresarial e elitista do feminismo. Diante da carência de alternativas deste sistema e de seu desenvolvimento predatório e financeirizado, as autoras argumentam que a neutralidade deixa de ser uma hipótese. Assim, diante de um vazio “criado pelo declínio do liberalismo, temos a hipótese de

¹ PhD em Sociologia na Universidade do Porto - Portugal. Mestra em Educação e licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail de contato: machadoftai@gmail.com

construir um outro feminismo” (p. 15). Aqui daremos destaque a tese 1 e à tese 9 para elaborar nosso debate sobre até que ponto, as questões de justiça e crise ambiental, da educação e das crianças se insere ou pode ser relacionada com as reflexões trazidas no livro.

A tese 1, argumenta sobre a grande onda de manifestações feministas disparadas, principalmente, pela campanha pelo aborto legal na Polônia em 2016. A partir de então foi possível evidenciar uma onda enorme de manifestações na Argentina, pelo Ni una a menos, ainda em 2016; em 2017 pela ação global do 8M que ganha força em 2018 devido às eleições de Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil. Unindo e organizando milhares de mulheres pelo mundo contra o retrocesso que esses governos representam e representavam não só para os seus países, mas para o mundo. “Ao mesmo tempo, esta nova onda está a democratizar as greves e a expandir o seu escopo de ação, sobretudo ao alargar a ideia daquilo que pode considerar-se “trabalho” (p. 23). Ou seja, ao romper muros oceânicos e domésticos, as greves feministas alastram-se e demonstram o “enorme potencial político das mulheres: o poder daquelas cujo trabalho, remunerado e não remunerado, sustenta o mundo” (idem — grifo das autoras).

As mulheres, socialmente, sustentam a base da reprodução do sistema capitalista denominada a força de trabalho. Força esta que consiste, materialmente, em seres humanos. Estes gerados pelas mulheres. A força de trabalho, não remunerado, denominada como reprodução social, é um trabalho realizado pelas mulheres, e é indispensável para a manutenção do sistema vigente, e, é obviamente invisibilizado. Ao partirmos da ideia de que a reprodução social, a reprodução da vida é um trabalho invisibilizado e não remunerado, podemos inferir que igualmente a criação e educação destas pessoas (crianças) em formação entram nesta equação. Organizada com o advento do capitalismo, conforme as autoras, “se forjou uma separação inequívoca entre ambos os aspectos da existência social” (p. 115). A produção foi alocada nas fábricas, minhas e escritórios com remuneração em dinheiro. E, a reprodução foi incumbida à família, feminizada e sentimentalizada como “cuidado” em oposição ao “trabalho”, e sustentada pelo “amor” ao invés do “dinheiro”. Entretanto, sabe-se que a reprodução social extrapola o amor, o nutrir, o vestir e o cuidar. Ou, ainda podemos dizer, o cuidar extrapola apenas o alimentar, vestir e zelar (SERÁ MEDICAR??). Chamamos a luta e reivindicação de visibilidade ao trabalho reprodutivo de crise dos cuidados, que

exaurem as mulheres, levando suas energias sociais à ruptura e devastando suas famílias.

Destaca-se, também, a tese 9, onde as autoras salientam que a evolução do sistema capitalista se deu sem a menor preocupação em relação ao esgotamento dos recursos naturais e sua reposição, gerando, cada vez mais, desestabilizações ecológicas e climáticas. Condições naturais, ecológicas e climáticas que interessam o próprio capital, apesar dessa relação contrária de manutenção (contradição ecológica é o termo utilizado pelas autoras), inclusive com esforços não efetivos por meio de campanhas, congressos, organizações de eventos entre países em prol do clima e da natureza. As autoras informam que na atual crise climática, são as mulheres que ocupam a dianteira das principais pessoas prejudicadas, ou seja, 80% das pessoas refugiadas das diferentes situações de conflito, entre as quais as climáticas. Acrescenta-se a este dado, as crianças, evidência óbvia devido à estrutura patriarcal da sociedade que sobrecarrega as mães com a responsabilidade de parentalidade sob seus filhos. São, também, as mulheres que estão na linha de frente da luta contra a crescente catástrofe climática e ecológica.

As alterações climáticas e, também, principalmente no caso do Brasil, o desflorestamento e queimadas ilegais na floresta amazônica modificam profundamente a vida das mulheres que são dependentes da terra para a sobrevivência. Como, por exemplo, o caso das mulheres indígenas, das mulheres camponesas e agricultoras familiares e das mulheres quilombolas que, além de ter a terra/floresta como subsistência, as tem como espaço de troca social e de cultura transgeracional. "Devido ao seu papel-chave no fornecimento de alimentação, agasalho e abrigo para as suas famílias, as mulheres são as que mais sofrem com a seca, a poluição e a sobre-exploração da terra" (p. 84). Conseqüentemente, as crianças sob sua tutela, são, também, as que mais sofrem com estas

No manifesto, composto pelas 11 teses, as autoras colocam em pauta as principais temáticas que cercam a vida das mulheres e na sociedade neoliberal atual, e quais os caminhos reflexivos, por meio de um feminismo anticapitalista, pode-se iniciar uma alternativa. Apesar de não ser o foco do livro, é evidente a conjunção entre o anticapitalismo e a justiça ambiental, por conta da sustentação realizada ao longo das 11 teses. Abrangendo a justiça ambiental como uma via ecossocialista do feminismo para os 99%. E, principalmente, evidenciando diferentes características das mulheres do Sul Global e do Norte Global, que

sofrem e que fazem a batalha por justiça ambiental, climática e social.

Ao suscitar caminhos reflexivos e ações já ativas na sociedade de combate e luta anticapitalista e feminista, as autoras servem-nos uma obra crítica e de fácil leitura. A certeza colocada pelas autoras, é de que a crise capitalista é uma crise econômica, ambiental, política e de reprodução social. E o grande desafio atual está na conjunção destas reivindicações que, por vezes, podem aparecer separadas. Contudo, fazem parte da crise estrutural do sistema capitalista neoliberal e financeirizado. Este que esforça-se para a fragmentação e a divisão de lutas, como meio de desmobilização e/ou sutilmente uma apropriação em seu prol de narrativas e reivindicações. Exemplo disso é o feminismo liberal com sua lógica elitista e meritocrática, ou ainda, o “capitalismo verde” que promove mudanças de hábitos individuais que pouco influenciam nas alterações climáticas.

Ainda que, as autoras não construam um plano de ação com o manifesto exposto e sim argumentam que as alternativas ao sistema capitalista serão construídos na ação, na luta, na manifestação, nos dão pistas da intersecção entre o anticapitalismo e a justiça ambiental. A base num feminismo para os 99%, um feminismo anticapitalista deve ser o motor de mudança e transformação social e educativo. O contexto cultural e educacional baseado no modelo da onda feminista dos feminismos que vivenciamos desde 2016 por si só é combativo e formativo. As “mulheres são um modelo de novas formas de luta integradas que desafiam as tendências do ambientalismo prevalente a enquadrar a defesa da 'natureza' e o bem-estar material das comunidades humanas como antiéticas. Ao recusar separar questões ecológicas das relativas à reprodução social, estes movimentos liderados por mulheres representam uma poderosa alternativa anti-empresarial e anticapitalista. As lutas femininas concentram-se no mundo real, no qual a justiça social, o bem-estar das comunidades e a sustentabilidade da natureza não-humana estão indissociavelmente ligadas” (p.86).

A provocação da necessidade de “encarnação” da “perspectiva de um universalismo: sempre em formação, sempre disponível para a transformação e contestação, e sempre em renovação por via da solidariedade” (p. 133) corrobora para uma educação libertadora de Paulo Freire. Ou seja, é uma ação que se faz na prática, na vivência, na troca e na luta diária. Portanto, considera-se que, por outras palavras, pensar uma sociedade anticapitalista por meio do feminismo para os 99% é pensar numa educação para as crianças fundamentada, inclusive,

na justiça ambiental. “A luta é uma oportunidade e uma aprendizagem” (p. 95), afirmam as autoras. Enquanto uma possibilidade de aprender, aprofundar e refletir sobre as opressões vividas e os desafios da própria luta, tendo como consequência a possibilidade de reformular, ressignificar o próprio lutar para transformar.

Referências

Aruzza, C., Bhattacharya, T., Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%*. Lisboa: Penguin Random House.

Submissão em: 08/01/2023.

Aceito em: 02/03/2023.

Citações e referências
conforme normas da:



AMERICAN
PSYCHOLOGICAL
ASSOCIATION